

NOTAS SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR

Cláudio Perani

(Publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS* n.º106, nov.-dez. 1986, p. 74-81.)

Reuniram-se em Salvador, Bahia, de 4 a 9 de agosto, mais de 250 participantes do Congresso organizado pelo Movimento Leigos para a América Latina (MLAL) sobre o tema: *A contribuição das experiências de Educação Popular para a transformação das instituições e da sociedade civil*. Na grande maioria, eram voluntários italianos trabalhando na América Latina mais alguns representantes de experiências de Educação Popular e assessores de vários países da América Latina e da Itália. Os voluntários italianos são um grupo bem definido de cristãos pertencentes a um movimento que se define - nas palavras de seu Presidente, Amedeo Piva - através de três referências fundamentais: centralidade e primado da pessoa, pluralismo exigido pela inspiração cristã e o popular.

Os objetivos do Congresso eram ambiciosos: confrontar as experiências de Educação Popular, avaliar e aprofundá-las teoricamente, estimular intercâmbios e articulações... A heterogeneidade das situações e das experiências, o grande número de participantes e o pouco tempo de um Congresso não permitiram avançar muito na linha desejada. De outro lado, a própria homogeneidade dos participantes cristãos, agentes ou assessores em Educação Popular, representava um potencial e um limite.

Isso não elimina a importância do Congresso, que - além de outros merecimentos - serviu para constatar a contribuição que os voluntários italianos estão dando ao movimento popular latino-americano.

Não pretendo apresentar uma síntese do desenvolvimento e dos resultados dos trabalhos, menos ainda uma avaliação global do encontro: seria difícil pela complexidade e diversidade das colocações. O encontro revelou sem dúvida, uma grande riqueza de experiências educativas estimuladas pela colaboração dos voluntários italianos, juntamente com um bom nível de reflexão.

Em relação ao Congresso, algumas críticas já apareceram: lamentam sobretudo o pouco espaço dado à voz dos voluntários e, ao contrário, a excessiva confiança na palavra dos assessores. Retomo isso porque revela uma certa contradição com a perspectiva da educação popular e porque pretendo sobre isso fazer umas reflexões.

Minha intenção se limita, em primeiro lugar, a apresentar e comentar parte do conteúdo, utilizando uma síntese feita por Luís Alberto Gomes de Souza. Em segundo lugar, aproveito a ocasião para acenar a duas questões que vão além do Congresso e que, pelo menos no Brasil, estão presentes na problemática da Educação Popular: a questão da consciência popular e a questão da organização. Duas partes bem definidas e diferenciadas.

1. EDUCAÇÃO POPULAR

Sob esse nome estavam representadas, no Congresso, várias experiências: Cooperativas Agrícolas, Grupos de Camponeses, Trabalhos com Sindicatos, Formação de Base e de

lideranças sindicais, Grupos de Lavadeiras, Trabalho com Prostitutas, Organizações e Comunidades de Bairro, Grupos de Mulheres, Escolas Rurais e de Periferia, Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral entre Camponeses, Grupos pela Paz, Centros de Defesa Direitos Humanos, Experiências em Comunicação, Medicina Popular etc.

Gomes de Souza procurou recolher em quatro pontos - objetivo, sujeito, meios e idéias-força - parte do conteúdo apresentado pelos trabalhos de grupo e pelos assessores.

A preocupação não foi de apresentar uma definição abrangente da educação popular (EP), mas de fazer aparecer os aspectos principais por ela tratados. Contudo, habitualmente há concordância em definir a EP como *uma prática social e um processo coletivo de produção de conhecimentos, atitudes e aptidões através do qual os setores populares se constituem como sujeito histórico para a realização de um projeto popular que expresse interesses, necessidades e aspirações das classes populares*. Vê-se, com isso, que a EP tem um conteúdo de classe e político e está necessariamente relacionada com o movimento popular.

Essa definição bastante ampla nos ajuda a reconhecer a existência de um processo de auto-educação envolvendo o povo entendido como maioria e que está presente antes de qualquer intervenção de agentes de educação que vêm de fora.

1.1. Finalidade radical

Negativamente, a EP significa a rejeição do mundo moderno em crise. É a *negação da sociedade capitalista* em todas as suas dimensões de dominação. A América Latina, talvez, seja o lugar onde mais facilmente aparece o poder/fracasso do capitalismo, aqui denominado de selvagem.

Positivamente, trata-se de **criar uma sociedade nova**, segundo uma visão de democracia, onde as palavras *igualdade e participação* se tomem uma realidade. Isso implica romper com todos os mecanismos de dominação, não somente econômico-políticos, e em refazer todas as relações sociais numa dimensão nova de fraternidade. O projeto dessa sociedade não nasce da vontade de um grupo político ideológico particular, mas é uma tarefa coletiva e é fruto de uma prática que se pensa permanentemente. Partir da prática, refletir sobre ela, voltar à prática: são palavras e orientações bem presentes no âmbito da EP. Para expressar isso, mais que a palavra projeto, prefere-se habitualmente utilizar a palavra *caminhada*.

1.2. Quem faz e pensa o povo?

Trata-se de saber quem vai realizar a nova sociedade, quem é sujeito histórico portador do futuro.

É o povo. Mas aqui constata-se a potencialidade, e, ao mesmo tempo, a ambigüidade do "popular". Muitas vezes o popular é absolutizado, reificado; temos na América Latina os exemplos negativos dos diferentes populismos; há o risco de "basismo" ingênuo, raiz de um possível totalitarismo.

O sujeito do novo é aquele que está sendo **explorado pelo velho**, pela sociedade dominadora, porque tem dentro de si a possibilidade de negar tal exploração.

É um **sujeito contraditório**, porque sua consciência na origem está dividida: recebe a influência do dominador e, ao mesmo tempo, tem uma raiz de rebeldia. Essa consciência dividida é superada pelo processo educativo, que é auto-educação através de uma prática de luta que permite uma consciência sempre mais crítica e protagonista.

É um **sujeito coletivo**. São as classes populares com sua diversidade, fragmentariedade, circulação. Basta lembrar as diversidades locais e nacionais, a passagem rural-urbano, as migrações...

É um **sujeito em via de articulação**. Segundo a classe, a etnia, o sexo, a idade, a religião. São os índios, os negros, os jovens, as mulheres. Põe-se aqui um grande desafio: como articular as especificidades sociais e culturais com a vocação universal do sujeito coletivo? Como passar do concreto particular ao concreto universal? Aparece como importante a necessidade de aprofundar as raízes culturais próprias; de redescobrir a velha noção do internacionalismo; de passar da pequena comunidade para a dimensão universal, através da crise do Estado-nação (o voluntariado rompe os limites do próprio espaço); de relacionar cotidiano com utopia.

É um **sujeito com uma longa história** de práticas, de lutas, de vitórias e de lições tiradas dos retrocessos. Nessa caminhada, as classes populares vão ocupando espaços na sociedade civil para destruir a dominação/direção das classes dominantes e construir sua hegemonia alternativa. Nas últimas décadas, inclusive nos momentos de repressão, elas estão emergindo com maior força histórica.

1.3. Meios de intervenção

São considerados neste item os meios de intervenção em sentido amplo, que não se reduzem a técnicas educativas. E mais o problema da metodologia.

Os sujeitos emergentes **se organizam** em cada resistência em movimentos, associações, sindicatos, partidos, igrejas: são diversos lugares de encontro e de ação a partir de um lugar vital unificante, seu sofrimento, sua rebeldia, suas lutas e esperanças.

O processo educativo parte de situações e problemas concretos, locais e particulares, procurando o inserimento no **projeto maior**, político em sentido amplo de polis-sociedade.

A EP redescobre permanentemente o saber do povo, a cultura popular, em suas potencialidades e em suas ambigüidades. Recupera o tradicional, não no sentido de atrasado, mas no sentido de sabedoria. São citados os casos da medicina popular e das artes populares, tentando superar a dicotomia artificial entre erudito e popular.

É afirmada a necessidade de utilizar a tecnologia moderna na produção de bens materiais e simbólicos. Nas experiências de produção econômica, devem ser consideradas as tecnologias de ponta e alternativas. Na comunicação popular, devem ser utilizados os meios de comunicação social e a informática.

1.4. Algumas idéias-força

Ao longo dos trabalhos, apareceram com maior insistência algumas orientações, necessidades, problemas e impasses que mereceriam um ulterior aprofundamento.

- Necessidade de **negar o autoritarismo** em todos os níveis, presente também na EP, sobretudo nas relações agente/povo e liderança/base.
- Ver como relacionar melhor a **eficiência** e a **gratuidade**, reconhecendo o risco de um certo militantismo que pode levar a esquecer aspectos fundamentais da vida.
- Na mesma linha, é importante pensar como articular os **conflitos** e as **lutas** com a **reconciliação**, a **ternura**, a **fraternidade**.
- Necessidade de fazer uma **crítica** e uma revisão permanentes.
- Para chegar a isso e evitar o dogmatismo, é importante **conhecer melhor a realidade** através de um esforço que ficará sempre inacabado.
- Reconhecer a **contribuição do religioso** e a força transformadora do sagrado. No caso do cristianismo, a fé aparece como portadora de um horizonte utópico, o Reino de Deus que deve ser construído desde já.
-

Até aqui se resumiu a síntese do Gomes de Souza, que pode dar uma idéia da riqueza do conteúdo. Ele próprio afirmou - depois de tê-la apresentado - que devia ser desmontada. Além da heterogeneidade, já apontada, presente no Congresso, devemos reconhecer que o conceito *Educação Popular* é tão abrangente e utilizado para indicar realidades tão diferentes que fica sempre muito arriscado querer teorizar em cima dele, procurando uma conceituação unitária mais comum, como era um dos objetivos do Congresso. Como afirmou alguém, *as experiências transbordam o vocabulário e resistem a ficar aprisionadas em certas conceituações*.

Prefiro dizer algo sobre dois pontos - entre os muitos - que apareceram no encontro e que, pela prática atual de muitos agentes, parecem exigir um questionamento e um aprofundamento: os problemas da consciência popular e da organização (articulação) do movimento popular. Nesta segunda parte, distancio-me do Congresso para fazer considerações mais pessoais.

2. A CONSCIÊNCIA POPULAR

Apresento simplesmente uns questionamentos em relação ao problema da consciência popular, que parece teoricamente bem equacionado por vários autores clássicos por nós utilizados e reinterpretados, mas que, na prática e na nossa reflexão corriqueira, levanta dúvidas, impasses, conclusões equívocas...

Afirmou-se que a consciência do povo, na origem, está dividida. É uma consciência ingênua, falsa. A ideologia dominante atinge todos os níveis da sociedade, sendo por isso incorporada também pelas classes populares. Não existe uma consciência popular em forma pura. É uma consciência contraditória: percebe a exploração que está vivendo e, ao mesmo tempo, é invadida pela ideologia do opressor.

Em outras palavras, falando em conhecimento popular, reapresente-se o mesmo problema. O povo tem o conhecimento do cotidiano, o tal senso comum, considerado em oposição ao conhecimento científico. Há uma separação entre o conhecimento imediato da situação e dos interesses particulares, de um lado, e o conhecimento mais global da sociedade e da história, de outro lado.

Devemos reconhecer que, com o avanço da EP, há toda uma tendência hoje que valoriza o saber popular e a cultura popular. Mas não consegue tirar todas as consequências a nível de reflexão teórica. Permanece um dualismo pouco equacionado entre a consciência popular e a consciência científica, entre o acervo cultural do povo e a teoria revolucionária, que pode levar a alguns equívocos.

Desse posicionamento se segue a necessidade de ajudar o povo a passar de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, de um conhecimento cotidiano e localizado, para uma compreensão da situação histórica global e dos seus verdadeiros interesses de classe. É o tal processo de conscientização.

Aqui entra o papel da EP, entendida como educação de oposição, educação em função dos interesses das classes populares. Deveria, em síntese, promover uma *passagem gradual de um nível de consciência oprimida até formas de consciência capazes de perceber a realidade em termos dos verdadeiros propósitos de libertação dos grupos oprimidos*. Será que não se corre o risco de eliminar a auto-educação antes afirmada? Será que, na prática, não se supervaloriza um lado, o da intervenção dos agentes externos?

Os teóricos da EP percebem esse risco e afirmam que não se trata simplesmente de transmitir ao povo uma teoria entendida como conjunto de categorias a serem apreendidas. Trata-se de um processo de produção de conceitos, ativo e crítico, que deve ser coletivo, intelectuais e povo juntamente, dialogando e pondo em comum seus saberes. Diante do conhecimento da realidade adquirido pelo senso comum, há a necessidade de um aprofundamento que utilize um *instrumento de análise* mais rigoroso, categorias e conceitos *científicos*. Afirma-se também que tal instrumento deve ser revisto permanentemente a partir da prática.

O quadro até aqui apresentado, que certamente representa uma simplificação da problemática, tem sua lógica e ajudou o avanço da EP e do movimento popular. Apesar disso, fica hoje em alguns setores da EP um certo mal estar. Pode depender de falhas práticas na aplicação da metodologia ou de uma interpretação excessivamente mecanicista de certas categorias. Não podemos, porém, excluir a possibilidade de rever mais radicalmente teorias que parecem inquestionáveis.

Na prática, constatamos várias contradições. O próprio Congresso é um exemplo. Querendo avaliar e aprofundar teoricamente a prática de EP, deu prioridade aos assessores, pouca voz aos agentes presentes e houve ausência dos principais interessados, os oprimidos. Não significa que consideramos a elaboração teórica exclusivamente tarefa dos intelectuais?

Uma análise sumária da prática de EP no Brasil leva a constatar a dificuldade em que se encontra a formação das lideranças. Apesar de estar consciente a de procurar evitar os

riscos do vanguardismo e do basismo, fundamentando-se numa teoria dialética do conhecimento (prática-teoria-prática), o resultado, muitas vezes, é a formação de lideranças com grande "consciência crítica", mas que não sabem mais lidar com os companheiros nem encaminhar ações concretas. E só falha metodológica?

Alguns setores da esquerda clássica e da pastoral popular julgam saber o que o proletariado pensa, quer e faz e julgam-se no dever de ensinar a ele o que deve pensar, querer e fazer. Dificilmente tal posicionamento seria aceito nos meios da EP. Contudo, inconscientemente, também neste setor persistem atitudes que dividem equivocadamente povo e educadores como se o primeiro fosse portador das necessidades e os segundos, das respostas; o primeiro teria uma visão localizada e parcial e os segundos, uma visão mais geral, etc. Divisões certamente questionáveis.

Que dizer diante de tais dificuldades? Não tenho a pretensão de dar respostas; só percebo a necessidade de aprofundar melhor a questão também do lado teórico.

Tem seu fundamento a afirmação da consciência popular dividida e da necessidade de um processo de conscientização que deve recorrer a rigorosos instrumentos de análise. Com isso, devemos evitar absolutizar o saber popular.

Por outro lado, devemos ao mesmo tempo afirmar a consciência dividida também do educador. Pode ele conhecer, por razão de seus estudos, outros contextos, outras revoluções, várias teorias. Mas ele também está ideologicamente condicionado pelas idéias dominantes. Ele também carece de conhecimento, talvez o mais fundamental para a mudança, que provém da experiência histórica da luta das classes populares. Sobretudo conhece pouco da cultura do povo, de sua linguagem, de sua maneira simbólica de se expressar. Nós, intelectuais, com facilidade identificamos um excesso de simbolismo com um vazio de conteúdo. Não sabemos reconhecer esse tipo de linguagem, particular e global, localizado e crítico; linguagem própria de uma classe que é explorada e que deve defender-se. Será que não se pode utilizar o conceito de *economia submersa* para falar também de uma *consciência submersa*? Uma consciência bem viva e lutadora, obrigada a viver na sombra, também nos encontros de EP. Que significa consciência ingênua? Muito provavelmente o fato de a consciência popular não combinar com a consciência do educador. Quem é ingênuo, neste caso?

Parece necessário questionar mais as teorias interpretativas que nos sustentaram até aqui. Não se trata de renunciar ao rigor científico. Ao contrário, trata-se de aplicá-lo com coerência, questionando continuamente pontos de vistas e teorias que, sabemos, não são absolutos. O encontro Itália-América Latina, talvez, tivesse podido manifestar mais frutos nesse sentido. Sabemos da crise, na Europa, das grandes teorias interpretativas do social, incluindo a teoria marxista. Está caindo toda visão "totalizante" da história e da sociedade e reaparece a antiga sabedoria do povo, com suas imagens e símbolos que recusam submeter-se à lógica dos conceitos. Esta situação parece ter certa correspondência com a experiência latino-americana.

Crise não significa abandono de conceitos e teorias que ajudem a globalizar as experiências. Mas, certamente, a necessidade de repensá-las a partir dos novos dados adquiridos pelo desenvolvimento do movimento popular. Deve ser revista a relação tradicional entre teoria e prática, bem como a distinção entre teóricos e pessoas comuns.

Talvez não tenhamos prontos conceitos substitutivos mais apropriados. Pelo menos, devemos aceitar levantar uma suspeita que nos permita uma maior abertura para com a novidade que vem do povo, o avanço das lutas, da consciência e organização do povo e da situação em que ele está.

3. O PROBLEMA DA ORGANIZAÇÃO

A Educação Popular, na medida em que se afirma como política, inserida num projeto histórico em construção, onde o povo organizado é sujeito de uma nova sociedade, deve necessariamente interessar-se pelos problemas de organização, de articulação, de poder. Também, se o seu específico é o conhecimento e não se considere como instrumento político em sentido estrito, não deixa de ter um conteúdo político. Todos concordam neste ponto.

Para isto, é necessário considerar a EP relacionada ao Movimento Popular entendido em sentido amplo, de povo em movimento, com sua cultura, suas iniciativas, suas lutas, suas organizações. Está a serviço dele, de sua organização. A EP encontra no Movimento Popular seu espaço privilegiado.

É uma relação dialética, conflitiva. Já neste ponto poderíamos questionar a pretensão, por parte da EP, de querer ditar regras sobre a organização popular. Prefiro, para simplificar, tratar o assunto considerando diretamente o Movimento Popular.

Todos reconhecem a vitalidade do Movimento Popular. Limitando, daqui em diante, minha análise à situação brasileira, não é difícil constatar a multiplicidade de ações, iniciativas, lutas, mobilizações, entidades com as quais o povo está resistindo à opressão e construindo uma nova sociedade alternativa. O Congresso do MLAL confirmou isso.

Foi dito que *o povo é um sujeito em vias de articulação*. Uma das constatações habituais que se ouvem é a multiplicidade, diversidade; numa palavra mais explícita, a atomização dos movimentos sociais. Daí a necessidade de colocar o problema da organização ou da articulação. Reconhece-se uma certa articulação, mas parece limitada, fraca, crescendo com demasiada lentidão. A *Carta de Esperança* enviada no fim do Congresso fala da *urgência de articular as lutas do campo e da cidade, dos países do Terceiro Mundo e da Europa*.

O problema da organização é certamente fundamental, ou, melhor, o problema do poder do povo. E o crescimento deste poder que vai permitir uma mudança de situação. Sobre isso não há dúvida. O problema aparece quando se pergunta o que se entende por organização. Que significa articulação? Como se realiza? Como está relacionada com o poder popular?

Muitas vezes, exigir maior organização significa uma maior presença do povo nos canais tradicionais e clássicos: associações, sindicatos, partidos. Não devemos cair num simplismo, eliminando ou relativizando demais tais instrumentos. Mas devemos reconhecer que são canais construídos pelo poder da burguesia ou por ela apropriados. São hoje questionados por muitos. Não podemos negar que partidos e sindicatos, também se integrados por trabalhadores, isolam o indivíduo de seu tecido social de base para segregá-lo dentro de uma unidade organizada, comandada por um programa

definido. É suficiente o povo ocupar estes espaços para resgatá-los em próprio benefício? Não é necessário uma análise mais aprimorada para reconhecer vantagens e limites das organizações políticas tradicionais, pensando melhor sua reformulação?

Na análise do Movimento Popular brasileiro, alguns autores, depois do período de surgimento e crescimento do movimento, falam de período de expansão (1978-1982, coincidindo com a abertura do regime e a formação das Centrais de Trabalhadores, do Partido dos Trabalhadores, etc) e, atualmente, de período de crise, ao constatar - depois das eleições de 1982 - que o povo, forçado a ficar mais voltado para as lutas pela sua própria sobrevivência, tem dificuldades em integrar a cena da política nacional. Pode-se questionar, talvez, a visão que está por trás deste tipo de avaliação, levada a privilegiar os canais tradicionais como eleições e partidos. Será que isso não nos impede de reconhecer outras formas de resistência e de organização?

Parece necessário repensar o processo de organização/articulação. *Colocar em discussão as organizações tradicionais significa, ao mesmo tempo, estender a tese da alienação também a estas formas de organização. Suas pretensões de centralização e de representação contribuíram certamente para impedir a criatividade social; não permitiram, apesar de suas lutas por um futuro melhor, a construção de utopias concretas.*

Mas não é suficiente questionar as organizações tradicionais. As próprias idéias de articulação, de unidade, de projeto global, etc., devem ser repensadas. Elas têm sua marca burguesa. Querer unificar tudo para melhor exercer o controle e o domínio sobre as iniciativas populares pode sacrificar as diferenças, as especificidades, os aspectos dinâmicos, a riqueza do movimento popular. Isso significa aumentar o poder popular? Parece que o povo gosta mais de uma resistência fluida, mais dispersa e, por isso mesmo, menos controlável dos dois lados.

Neste nível das lutas locais de resistência, o movimento popular está em processo de acumulação de forças e de crescimento. Podemos lembrar as iniciativas mais conhecidas dos operários no ABC paulista, o movimento dos Sem Terra, as ocupações de terra, as invasões nos terrenos urbanos, as lutas pela água, pela saúde, pela educação... Assim como as iniciativas mais “submersas”. São lutas que, neste nível, expressam táticas novas, bem diversificadas e revolucionárias. É claro, o movimento deve crescer! Mas como? Em que ritmo? Quando afirmamos que as diferentes práticas concretas não se esgotam nelas próprias, mas devem interligar-se, integrando-se num projeto global em construção, podemos - no mínimo - pecar por uma certa pressa.

Afirma-se que uma *firmeza estratégica - não dogmática - deve conviver com uma flexibilidade tática*. Aqui está, talvez, nossa dificuldade ou nosso equívoco. Parece que atualmente faltam estratégias novas que respeitem as novas táticas, mais participativas e democráticas.

A pressa, muitas vezes, pode levar a querer encaixar os movimentos populares em modelos de unificação que, em lugar de aumentar o poder popular, o enfraquecem. São modelos que reduzem o particular a uma globalidade mais formal que não aumenta a força.

É importante descobrir como o poder popular pode crescer com uma organização que saiba combinar descentralização com articulação.

4. CONCLUSÃO

Depois de uma breve panorâmica da EP, a partir dos conteúdos apresentados no Congresso do MLAL, quis apresentar alguns questionamentos em relação à consciência popular e à articulação do Movimento Popular.

São questionamentos que ficam sem resposta. Creio que podem ajudar a empreender um esforço maior de reconhecimento de toda novidade que surge na EP, educandos e educadores juntos. A conclusão leva a constatar a velhice de certos instrumentos de reflexão que circulam entre nós.

Não é motivo para parar ou desanimar. O povo nos ensina a valorizar o cotidiano, a trama elementar das relações com os homens e com as coisas. O cotidiano não é sinônimo de refluxo, de privacidade, de irresponsabilidade. Poderia ser. Mas o cotidiano é também o lugar onde, desde já, se revelam e se realizam os frutos novos. Fica o desafio de pensar e realizar o global.